

# alicerce

da juventude socialista



Nº 38

De 18/01/84 a 27/01/84

Cr\$ 200,00

Em Curitiba,  
São Paulo,  
em todo o país

# AS DIRETAS nas ruas

Brasil e Argentina:  
Uma comparação  
necessária



Nani Góis

Ato do dia 12 de janeiro, em Curitiba, pelas eleições diretas.

JAYME LEÃO

# Um erro sectário

A mobilização pela conquista de eleições diretas para presidente da República, que começa a empolgar o país, tem gerado em muitos ativistas mais dúvidas do que certezas. Afinal, perguntam-se, será correto impulsionar essa luta, quando sabemos de antemão que a simples existência de eleições diretas não representará a solução definitiva para os problemas da fome, da exploração e da opressão? Os socialistas revolucionários, ao se engajarem neste combate, não estarão capitulando às artimanhas da burguesia para confundir e imobilizar os trabalhadores, artimanhas expressas em afirmações do tipo "todos os sacrifícios serão aceitáveis se partirem de um governo democraticamente eleito, que represente o povo" etc., etc.?

Por certo, essas dúvidas, essa desconfiança, têm bases objetivas. Os partidos burgueses de oposição e os patrões que hoje acenam com a mobilização por eleições diretas têm objetivos bastante diferentes daqueles fixados pelos trabalhadores. A começar pelo fato de que, para a burguesia opositora trata-se não de derrubar a ditadura, mas de negociar com ela uma saída de consenso, do tipo unidade nacional para o regime e para a manutenção dos acordos com o imperialismo. Se estas negociações não vêm pela vontade do regime, que venham pela pressão da mobilização, pensam os patrões de oposição. Não é à toa que esses setores não apenas não exigem o fim da ditadura, a realização de eleições absolutamente livres, além de diretas, como também não levantam a exigência de ruptura dos acordos com o FMI, do não pagamento da dívida externa, responsável pela fome e miséria dos trabalhadores deste país.

Todavia, negar por aí a luta pelas diretas como algo que só interessa à burguesia, significa fechar os olhos a todo um outro aspecto da realidade muitíssimo mais rico e importante. Significa não levar em conta para nada que a reivindicação por eleições diretas mobiliza as massas populares de norte a sul do país, que milhões de trabalhadores vêm nesta exigência a materialização de seu anseio pelo fim do regime militar. Significa não tirar desses fatos nenhuma conclusão.

No Brasil existe uma ditadura militar responsável pelo desemprego, pelo arrocho, pela fome e miséria da maioria da população, pela sua repressão brutal, pela subordinação do país ao imperialismo. Essa ditadura, imposta pelo golpe gorila de 64, que prendeu, torturou, assassinou centenas de ativistas e combatentes operários e estudantes nestes 2 anos, busca perpetuar-se numa linhagem de generais (e agora de civis do tipo Maluf, Andreazza, que representam a continuidade de fato do poder dos militares), sob a máscara de um Congresso manietado e corrupto. O anseio profundo pela conquista

de eleições diretas, do direito de votar para presidente, é a expressão mais clara e política do ódio dos trabalhadores a essa ditadura, do anseio pelo seu fim, **independentemente dos planos de negociação que animam as oposições burguesas.**

Ao não compreender isso, os ativistas que rejeitam essa luta estabelecem uma linha de raciocínio que a contrapõe facilmente à Greve Geral. Por um lado, as diretas expressam única e tão somente uma manobra da burguesia, por outro, a Greve Geral, contra a fome, passará à margem dessa reivindicação, para eles secundária. Nada pode ser mais abstrato, sectário e falso que este raciocínio. E oportunista também (sectarismo e oportunismo não raro representam dois lados de um só processo). Esse raciocínio desconhece que as mobilizações por eleições diretas objetivamente apontam contra o regime, que não as quer. Não considera a possibilidade de que as mobilizações, sob a explosividade que se aprofunda entre as massas populares, sob o tacho da fome e do desespero, do ódio a Figueiredo e Delfim, escape ao controle da burguesia opositora, aos limites "ordeiros" que esta busca lhes impor, e avancem para a derrubada da ditadura, reeditando aqui as gigantescas manifestações anti ditatoriais chilenas e uruguaias. Não compreendem que não será abandonando essa luta à direção inconseqüente da burguesia que iremos golpear mortalmente o regime militar. **Aqui o traço oportunista.** Não será voltando as costas a esse processo de mobilização, a esse ódio à ditadura, que os revolucionários demonstrarão a pureza de seus princípios. Ao contrário, a única possibilidade de que essa luta avance conseqüentemente para a derrubada da ditadura está dada pela participação ativa dos trabalhadores na sua direção, disputando-a à burguesia, engrossando as manifestações de rua e incorporando a elas as suas próprias organizações — CUT, PT, sindicatos, correntes e partidos não legais — e também o seu método de luta, cuja máxima expressão nesse momento é a Greve Geral pelo fim do regime militar, pela conquista de eleições livres e diretas, pela mais ampla liberdade de organização partidária, contra a fome. Contrapor esses dois elementos, **luta pelas diretas e Greve Geral**, é no mínimo contrasenso ditado pela confusão e pelo sectarismo.

Abaixo transcrevemos trechos de um texto de Trotsky sobre o papel das reivindicações democráticas na Revolução Espanhola, polemizando exatamente com ativistas que se enredaram em equívocos semelhantes. Entendemos que esses trechos contribuirão para a maior clareza dessa discussão e desde já, deixamos essa coluna aberta aos companheiros que queiram manifestar suas posições, enriquecendo o debate.



## O cretinismo parlamentar dos reformistas e o cretinismo antiparlamentar dos anarquistas

"O cretinismo parlamentar é uma enfermidade destestável, mas o cretinismo anti-parlamentar não vale muito mais, como o desmonstra com clareza o destino dos anarco-sindicalistas espanhóis. A revolução coloca em toda a sua plenitude os problemas políticos e, **em sua fase atual**, lhes dá a forma parlamentar. A atenção da classe operária não pode deixar de estar concentrada nas Cortes (**parlamento espanhol**), e os anarco-sindicalistas votarão 'sigilosamente' nos republicanos e inclusive nos socialistas. (...) Sim; a questão dos direitos eleitorais! Não é preciso dizer que a democracia soviética é incomparavelmente superior à burguesa. Mas os soviets não caem do céu. É preciso crescer para chegar a eles. (...) Precisamente porque as massas populares da Espanha estão inclinadas a exagerar a força criadora das Cortes, é que todo operário consciente, todo camponês revolucionário quer participar nas eleições. Não nos solidarizamos nem um instante com as ilusões das massas; mas devemos utilizar até o fim o que tem de **progressivo** tais ilusões; do contrário não somos revolucionários, mas sim depreciados pedantes. Ainda que não seja mais que a redução da idade eleitoral, interessa vivamente a muitos milhares de operários, operárias, de camponeses, camponesas. Aos jovens, aos ativos, aos que estão sendo chamados a realizar a segunda revolução. (...) A conquista do poder pela classe operária se produz num meio nacional determinado e para a solução de questões determinadas. Nas nações atrasadas, tais questões de solução imediata tem um caráter democrático: liberação nacional do jugo imperialista e revolução agrária, como na China; revolução agrária e dos povos oprimidos, como na Rússia. Lenin dizia, inclusive, que o proletariado russo tinha

chegado em outubro de 1917 ao poder, antes de mais nada, **como agente da revolução democrática burguesa.** O proletariado vitorioso começou pela resolução dos problemas democráticos, e, pouco a pouco, mediante a lógica de sua dominação, enfocou as questões socialistas. Só doze anos depois de conquistado o poder foi que começou a empreender seriamente a coletivização da economia agrária."



## Assine Alicerce

Nome	_____
Rua	_____
Bairro	_____ CEP _____
Cidade	_____ Estado _____
Profissão	_____ Idade _____

Alicerce é uma publicação da ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048, Liberdade, São Paulo - CEP 01323 - Fone: 289.1663. Diretor Responsável: A. Schreiner. Registrado no 5º Registro de Títulos e Docs. sob o nº 2330, livro A. Composição: Proposta Editorial Ltda. Fone: 263.7400. São Paulo. Impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorúés.

Para receber Alicerce todas as semanas, durante seis meses, basta preencher o cupom acima e enviar junto com um cheque nominal ou vale postal no valor de Cr\$ 3.600,00 (normal) ou Cr\$ 6.000,00 (solidária). Envie para ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048 - 01323 - S. Paulo - SP.



# No governo, a crise... nas ruas, as diretas!

Os grandes atos e passeatas pela conquista de eleições diretas para presidente da República já foram deflagrados. Em Curitiba, 50 mil pessoas compareceram a um dos maiores atos ali realizados, imediatamente seguido de marchas de milhares pelas ruas de Porto Alegre. E incontáveis manifestações estão marcadas pelo país afora, das capitais a cidades interioranas normalmente à margem da efervescência política. Entre estes atos destaca-se o que se realizará em São Paulo no dia 25 de janeiro. Pode-se dizer com toda a segurança que a luta por eleições diretas já empolga o país, tendo ganho as ruas de modo irreversível. As mobilizações pelas diretas assumem, assim, um caráter popular a nível nacional que aponta para a derrubada da ditadura militar.

Nesse processo, um fato chama a atenção de todos os ativistas engajados na mobilização: os partidos burgueses de oposição, com o PMDB à frente, passaram a mobilizar pelos grandes atos, rompendo com a postura equidistante que mantiveram até o final de 83, quando, empenhados em responder ao aceno de negociação de Figueiredo em torno à candidatura de consenso e à diretas, deixaram à própria sorte o ato precursor do dia 27 de novembro em São Paulo, garantido unicamente pelo PT e pela CUT.

A pergunta surge logo: o que há de novo sob o sol?

## A CRISE POLÍTICA SE APROFUNDA

A resposta a ela não poderia deixar de considerar o discurso do general presidente, em cadeia nacional de rádio e televisão, no fim do ano. Nesse discurso, o ditador de plantão abriu mão da "coordenação" do processo sucessório, deixando os presidenciais do PDS, engalfinhados entre si. A devolução de um pretense controle da disputa sucessória ao PDS e as declarações de Figueiredo contra a campanha nacional por eleições diretas, a um só tempo refletem a brutal crise política do regime e a aprofunda.

A refletem na incapacidade, publicamente confessa, do ditador em dirigir a sucessão, deixando o PDS à deriva e também na medida em que denunciam que a manobra anterior de Figueiredo, levantando a possibilidade de diretas como parte da negociação com as oposições burguesas, que objetivavam a unidade nacional como saída de salvação para o regime, manobra através da qual o ditador buscava retomar sua condição de árbitro para o conjunto da burguesia, se chocou com o monolitismo das bases de sustentação mais diretas da ditadura. De fato, a reação dos altos comandantes das Forças Armadas e dos condestáveis da burocracia estatal e do PDS (com Andreazza e Maluf em unidade de ação para torpedear no Congresso qualquer reforma constitucional que permita o retorno das diretas em todos os níveis), simplesmente demonstraram que, **pelas vias normais do regime militar, as diretas não irão passar.** Diante da reação de suas bases de sustentação, Figueiredo recuou, rejeitando as diretas e se retirando da coordenação da sucessão. Com isso e pretendendo, certamente, favorecer uma futura política de consenso, só que desde uma posição muitíssimo mais débil. **Explicando: assim como foi impossível a Figueiredo dirigir o processo sucessório, fazendo o seu próprio candidato vitorioso no Colégio Eleitoral, essa mesma tarefa será duplamente impossível para a direção do PDS.** Contando com a divisão inevitável e com o desgaste certo do seu próprio partido, no interior do qual emerge a ave de rapina Paulo Maluf, Figueiredo seguramente quer ganhar tempo e voltar, alongando ao máximo o jogo sucessório, na busca da solução que o partido, por si só não encontrará. O desgaste da disputa no interior do PDS poderá abrir margem à retomada das negociações, em torno ao consenso, contra Maluf, sem dúvida, o grande favorecido pelo recuo do general Figueiredo, que minou a candidatura Andreazza e que projetou o deputado paulista como a expressão mais acabada da continuidade intacta do regime. Ao comentar o crescimento do nome Maluf (que recentemente se avistou com o Secretário de Estado dos EUA, George Schultz, em Nova York, revelando o apoio que recebe de setores do imperialismo), o chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, revelando, por sua vez as intenções de Figueiredo, asseverou: **"Maluf passará no PDS, mas não passará no Colégio Eleitoral"**. Só com negociação com os partidos burgueses de oposição essa afirmação poderá ser verdadeira. Todavia, só um árbitro em crise e frágil apelaria para essa manobra arriscada e desgastante.

Tanto é assim, que o discurso de Figueiredo só fez acelerar, até aqui, o ritmo da crise política que o determinou. A um só tempo atestou a irremediável divisão do PDS, que chegará à Conveção com quatro, cinco ou mais "candidatos" e obrigou as oposições burguesas a mudarem de tática na sua busca de negociações.

## A RESPOSTA DAS OPOSIÇÕES BURGUESAS

As oposições burguesas acompanharam o movimento de Figueiredo à direita, sendo obrigadas a caminhar em sentido oposto. Já que o regime monolítico não se dispôs a assumir o consenso e a negociar as alternativas para a unidade nacional, essas oposições apelam para a mobilização como forma de pressionar pelo estabelecimento dessas negociações. Até mesmo o governador de Minas, Tancredo Neves, conhecido defensor do consenso, hoje apela para as mobilizações pelas diretas, na espera de uma reação favorável de Figueiredo, exatamente no terreno de uma candidatura de consenso, capaz de derrotar, no Colégio Eleitoral, Paulo Maluf, o virtual vencedor da Conveção pedessista. Por caminhos e táticas opostas Figueiredo e as oposições burguesas não descartam a retomada das negociações, momentaneamente suspensas. Ao contrário, as pressupõe. Isso explica porque as oposições burguesas passaram a mobilizar pelos atos e passeatas "ordeiros", sem conduzir essa luta para o enfrentamento aberto com o regime (a exigência pelo fim do governo militar, pela saída imediata de Figueiredo não vem sendo levantada pelo PMDB e PDT nos atos que organizam) e, ao contrário, porque buscam tranquilizar os militares brasileiros de que não acontecerá aqui o que se passa na Argentina, onde o governo Alfonsín se vê obrigado a atacar, mesmo que parcialmente, os generais assassinos.

## A LUTA PELAS DIRETAS APONTA PARA A DERRUBADA DO REGIME MILITAR

Ocorre que, independentemente das intenções da burguesia opositora, a deflagração das mobilizações pelas diretas é profundamente progressiva, na medida em que, ao permitir a integração do movimento de



massas na mobilização política, imprime objetivamente um curso anti ditatorial a essas manifestações. Ao acorreram aos atos, os trabalhadores e jovens expressam não o anseio pelo diálogo, mas a disposição de acabarem com a ditadura responsável pela fome brutal que desabou sobre o país, pelo arrocho, pelo desemprego, pela carestia. Por essa via, a receita pode se tornar indigesta para os amantes do consenso: apesar dos limites ordeiros aos quais os partidos burgueses de oposição tentam circunscrever a mobilização, está colocada a possibilidade de uma profunda integração da luta pela conquista das diretas com a Greve Geral já marcada pela CUT para abril. Não podemos descartar inclusive que as mobilizações por eleições diretas coloquem o movimento de massas no Brasil no rumo das gigantescas lutas anti ditatoriais que sacodem o Uruguai e o Chile. Por esse caminho, as eleições diretas para presidente poderão ser arrancadas, no marco da luta pela derrubada da ditadura, contra a fome e contra os generais. Por aí poderá se concretizar a aspiração: **"Fora Figueiredo e Delfim, já"**.

# Não à Fome em 84

*"O brasileiro vai comer menos neste ano. Se as previsões das safras indicam que não haverá reduções drásticas no abastecimento, a queda do poder aquisitivo da população é apontado como fator determinante para o desaparecimento dos produtos básicos da mesa dos habitantes deste país". Estes prognósticos foram feitos pelo Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura, por economistas da Fundação Getúlio Vargas, presidentes de sindicatos e cooperativas.*

Em 83 o Brasil se tornou o segundo maior exportador mundial de carne. Enquanto isto, o preço da carne subiu 300% e caiu drasticamente o seu consumo. A previsão que o grupo Pão de Açúcar faz é de que o consumo de carne por habitante em 84 será de 13 quilos, contra 15 quilos de 83 e bem longe dos 20,5 quilos de 77!!

No ano passado o operário da construção civil comia arroz a "camões", ou seja, arroz branco com meio ovo e os nordestinos ratos e calangos. Nos grandes centros urbanos os lixões recebiam a visita de milhares de famintos e o povo que lá à feira era maior quando esta terminava, para recolher os restos, do que aqueles que iam comprar as mercadorias frescas. As cidades, tão decantadas pela televisão por suas belezas naturais, como o Rio e Recife, estão hoje mergulhadas em um profundo mar de desempregados e violência. No centro de Recife e do Rio, os desempregados, que para sobreviverem se tornaram camelôs, praticamente impedem a passagem de pessoas pelo número de barracas espalhadas nas ruas. As famosas praias de Ipanema estão atulhadas de vendedores ambulantes, enquanto os belos viadutos de Recife abrigam sob a sua sombra até 400 pessoas que não têm onde morar. Em Salvador 40% dos passageiros não pagam passagens de ônibus, pulando violentamente pelas portas de trás dos coletivos por absoluta falta de dinheiro.

Estes fatos indicam que, ao contrário das previsões otimistas dos ministros no fim de ano, o povo brasileiro em 84 deverá passar por um dos mais negros anos de sua

história. A origem desta situação está na política da ditadura militar que obriga o trabalhador a pagar a dívida externa feita pelos patrões. A ditadura estimula a exportação para obter divisas para repassá-las aos banqueiros americanos como pagamento dos juros. Para conseguir exportar, a ditadura provoca o rebaixamento do poder de compra do trabalhador, produzindo um "excedente" de produtos que podem então serem exportados. Como consequência faltam produtos básicos e os que estão no mercado sofrem aumentos contínuos (em 83 o feijão subiu 536%, o arroz 221%, o pão 180% e assim por diante).

A continuidade dos planos da ditadura de arrocho e miséria, impostos pelo FMI, além de provocar mais fome em 84, deverá também aumentar a recessão econômica que provocará uma nova onda de demissões em massa, pois os patrões, para manterem os seus lucros, preferem despedir os operários e diminuir a produção e consequentemente o seu lucro.

A resposta contra esta fome está na mobilização dos trabalhadores em torno de um programa mínimo de emergência, como o aprovado pela CUT de São Paulo, de um aumento imediato dos salários com índice a ser elaborado pelo DIEESE. Esta mobilização é tarefa que cabe ao PT e à CUT impulsionar. Neste programa poderia ser incorporado as reivindicações dos trabalhadores como estabilidade no emprego por um ano, jornada de 40 horas semanais sem horas extras, reajustes mensais não inferiores à inflação. Obrigar o governador Montoro a cumprir a sua promessa de fornecer uma cesta de alimentação básica por mês aos desempregados.

Este programa mínimo seria parte do programa da Greve Geral de abril. A luta por ele, além de apontar para a derrubada da ditadura, poderia aliviar de imediato a miséria do trabalhador.

## Nas ruas, a luta pelas eleições diretas

# Livres e diretas!

"Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil". 50 mil pessoas em Curitiba gritavam esse coro no lançamento, neste ano, da campanha por eleições diretas. Quantas dezenas de milhares estarão no dia 25 de janeiro em São Paulo fazendo o mesmo?

A resposta só poderemos saber no próprio dia 25, mas antes disso já podemos afirmar duas coisas. A primeira é que a campanha pelas diretas finalmente está nas ruas, como nós reivindicávamos desde o segundo semestre de 83. A segunda é que todas as correntes que reivindicam as liberdades democráticas, a começar pela CUT e pelo PT devem estar na linha de frente para massificar essa campanha, para tornar o dia 25 maior e mais forte, num ato que ajude a sacudir o país.

### As diretas nas ruas

O comício de Curitiba, os atos, passeatas, eleições simuladas em todo o país. As camisetas e adesivos com "Diretas 84", "Quero votar prá presidente". Começa-se o ano com uma grande campanha de mobilização pelas diretas. Surge assim uma mobilização democrática que tem uma amplitude superior às que ocorreram pela anistia ou às passeatas de 77.

Hoje, a crise é muito superior e o ódio e o desespero dos trabalhadores e do povo é ainda maior. A fome é o dia a dia de dezenas de milhões de pessoas em todo o país (vide página 3), e todos já começam a associar o seu desejo de acabar com a ditadura com as eleições diretas. Pode-se estar gerando mobilizações, que tenham o peso das grandes manifestações contra as ditaduras do Uruguai e do Chile, no último período. Ou podem ser menores, mas de qualquer maneira apontando para o mesmo sentido.

Alguns companheiros reagem desconfiados contra essas mobilizações por estarem sendo dirigidas pela oposição burguesa e particularmente pelo PMDB. Esta atitude sectária, se choca com a necessidade de participação nessas mobilizações absolutamente progressivas (vide página 2). A omissão aqui impediria que, como parte dessa campanha, lutássemos para que ela tenha um caráter de luta aberta contra o governo, enfrentando a tentativa de conciliação do PMDB e do restante da oposição burguesa. Esse ponto vai ficar mais claro, na questão da liberdade das eleições diretas e na

relação das diretas com a única forma de conquistá-la: a Greve Geral.

### Diretas, sim. Livres e diretas

As eleições para presidente devem ser diretas, e não submetidas ao odioso Colégio Eleitoral, onde 686 privilegiados, em sua maioria, vendem seus votos (precisamente isto, vendem) ao presidencialismo com maiores recursos. É um Colégio Eleitoral absurdo, alterado seguidas vezes para garantir a vitória do PDS que, com 38% dos votos nas eleições de 82, tem aí 54% dos delegados. Para isto existem 23 senadores biónicos, não eleitos. Para isto, as Assembléias Legislativas de cada Estado indicam 6 representantes, tanto de um Estado com o número de habitantes de São Paulo, como de outro com o número de habitantes de Rondônia, para assim aumentar o peso do PDS, que só ganha nos Estados mais atrasados. As indiretas na realidade, significam a consagração da corrupção em alta escala e da nomeação de tipos como Maluf, a jóia da ditadura. As eleições têm que ser diretas. Mas também têm que ser livres. Livres e diretas. É necessário que haja liberdade de organização partidária, para que todos os partidos possam concorrer. Acabar com a ilegalidade dos partidos dos operários que a ditadura reprimiu durante todos estes anos. Assim, todas as propostas poderão ser apresentadas e discutidas.

É necessário que a legislação repressiva seja abolida e os órgãos de repressão política extintos. A "nova" Lei de Segurança Nacional, que segue existindo para reprimir a oposição, deve desaparecer. Os organismos repressivos, que continuam intactos, atacando os trabalhadores e que podem ser novamente a base para as ações terroristas de ultra direita, devem desaparecer.

É sintomático que a oposição só fale de eleições diretas sem falar da liberdade destas eleições. Eleições livres e diretas, questionam mais a fundo a ditadura e o controle que os militares querem continuar a exercer. Nós dizemos, alto e bom som, que queremos eleições livres e diretas. Dizemos mais: queremos o fim desta ditadura, queremos que Figueiredo e Delfim vão embora, já!

### Greve Geral pelas diretas

Os atos de rua são fundamentais nessa campanha pelas eleições livres e diretas. O impacto político que elas criam, ajudam a reforçar a confiança das massas em si próprias e a criar

uma pressão nacional sobre o governo e o Congresso a favor das diretas. Nos próximos meses estão marcados atos em todo o país, precedendo a votação, em abril, da emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para presidente.

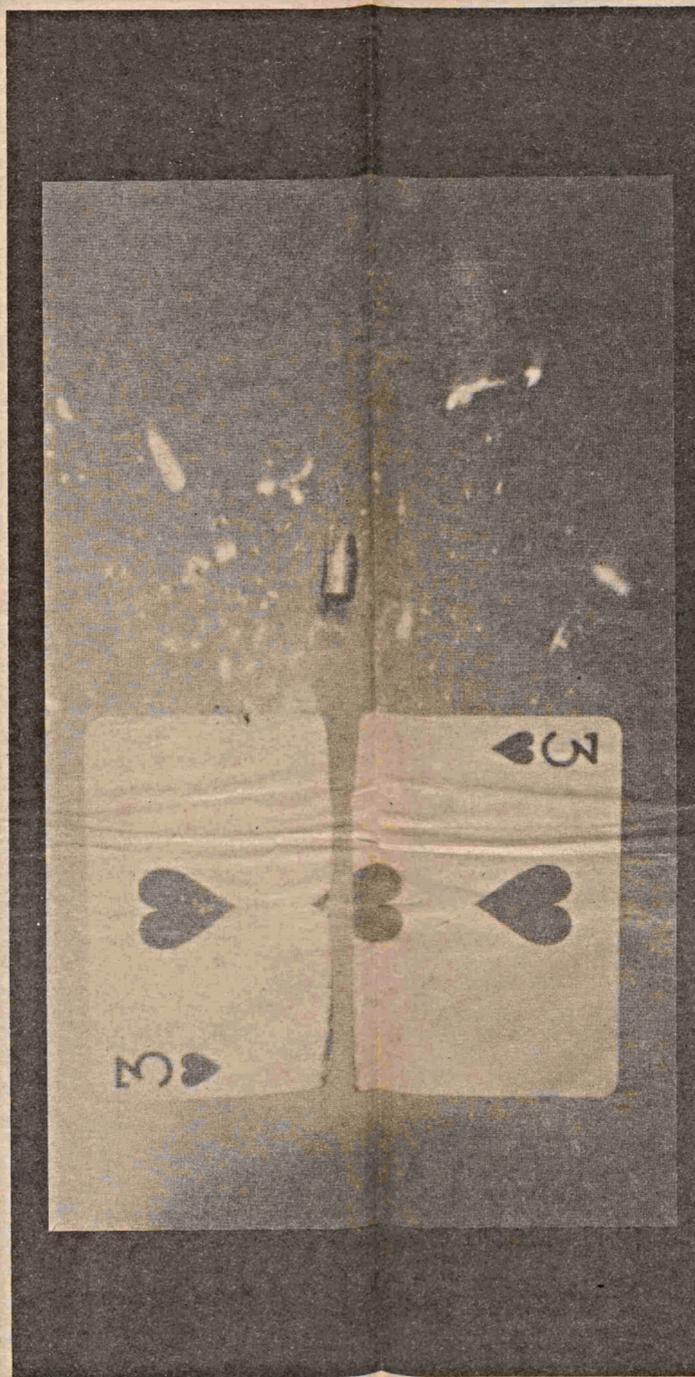
Toda a pressão dos atos têm, para a oposição burguesa, o objetivo de pressionar o Congresso, para que vote a emenda pelas diretas. Nós estamos completamente de acordo com esta pressão, mas infelizmente isto não basta. A ação parlamentar é insuficiente para grandes mudanças, e isso ocorre também neste caso. As mobilizações de rua, não podem ser somente um ponto de apoio para pressão sobre o parlamento, como quer o PMDB. Uma mudança na Constituição, exige dois terços dos votos no Congresso, e já existe mais de um terço de defensores incondicionais de Maluf e Andreazza pelas eleições indiretas. Ou seja, muito provavelmente as diretas não passem no Congresso.

É justo fazer pressão, mas o que fazer se o Congresso não aprovar as diretas? Como toda a estratégia do PMDB está apoiada no parlamento, a única resposta é a de Tancredo: aceitar as indiretas e o Colégio espúrio, e tentar um candidato de "consenso".

Nós dizemos o contrário: os atos de rua hoje são fundamentais. A pressão sobre o Congresso é importante, mas não é o decisivo. Devemos encaminhar todas as mobilizações, os atos e as passeatas para desembocar numa Greve Geral, que está marcada pela CUT, para abril, e que tem como uma de suas bandeiras, as diretas. Na Bolívia, foi uma Greve Geral que derrubou a ditadura. Aqui, só uma grande pressão, superior à dos atos de rua pode impor as diretas, e a Greve Geral é a forma mais efetiva de exercer a nossa pressão. É para lá que devemos caminhar.

### Todos ao dia 25

Defendemos eleições livres e diretas, o fim da ditadura, a Greve Geral. Mas, neste momento, para que o movimento fique mais forte, para que possamos chegar a tudo isto, é necessário massificar os atos por eleições diretas em todo o país, é necessário que o ato da Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25, seja retumbante. Reiteramos o nosso chamado a todas as correntes democráticas, e particularmente a CUT e ao PT, para que mobilizem por este ato e se engajem a fundo na luta pela conquista dessa reivindicação democrática central.



## Brasil — Argentina

# Quando os paralelos incomodam

"Não vejo razões para os militares brasileiros ficarem apreensivos com o tratamento que receberiam se o PMDB chegasse ao poder. Na Argentina a ação contra as oposições foi muito mais dura e hoje, no Brasil, nós temos uma lei de anistia em vigor que não deve ser interrompida" (Ulysses Guimarães, Veja, 4/01/84).

A opinião de Ulysses Guimarães acerca dos possíveis paralelos e das diferenças existentes entre o Brasil e a Argentina pós eleitoral não constitui fato isolado. Nas duas últimas semanas quase todos os grandes órgãos da imprensa brasileira, até mesmo a Folha de S. Paulo, engajada na campanha pelas diretas, e a quase totalidade dos dirigentes do PMDB e PDT, articuladores dessa mesma campanha, esmeram-se em alinhavar as diferenças essenciais que separam os dois processos.

### As diferenças que, de fato, existem

Não se pode dizer que tais diferenças não existam.

Em primeiro lugar, Argentina e Brasil vivem situações distintas no terreno da luta de classes. Lá as massas consumaram a derrubada do regime militar, aprofundando uma etapa diretamente revolucionária. As eleições presidenciais que levaram Alfonsín à Casa Rosada não foram produtos de um processo de aberturas preventivas da ditadura, anteriormente planejado pelos generais para tentar conter o ascenso dos trabalhadores, como foram as eleições para governadores em nosso país, em 82. Ao contrário, elas foram frutos da derrocada mais brutal da ditadura argentina, golpeada pelo ascenso revolucionário pós Malvinas e por 2 greves gerais.

Outra diferença está no fato de que a ditadura brasileira, mesmo nos seus anos mais negros, manteve uma fachada parlamentar, com um Congresso fantoche em funcionamento e com uma oposição consentida, o velho MDB, que jamais mobilizou os trabalhadores na luta contra o regime. O processo de distensão ou de abertura preventiva remonta a Geisel e vem disfarçando a violência do regime militar há vários anos. Na Argentina, diferentemente, a ditadura militar teve que assumir um caráter absolutamente selvagem, fechando o parlamento, ilegalizando, ou no mínimo suspendendo todos os partidos políticos e golpeando o movimento dos trabalhadores com uma sanha sangüinária que deixou atrás de si uma trilha de 30 mil assassinados pelos órgãos de repressão política. Isso fez da ditadura argentina, de longe, a mais sangrenta da América do Sul. Essa diferença se explica por outra: a capacidade de organização muito mais desenvolvida dos trabalhadores

argentinos, com suas poderosas centrais sindicais, sindicatos e, sobretudo, pela existência de uma sólida organização de base nas fábricas e locais de trabalho, a sedimentar a maior tradição de luta contra os gorilas, versados em golpes e quarteladas desde os anos 30. A violência para derrotar tal proletariado foi, como era de se esperar, muito maior.

Além disso, o desastre das Malvinas, a derrota frente ao imperialismo, conduzida pela ditadura argentina, e uma inflação de 400% a.a., só fizeram acelerar a derrubada do regime. No Brasil, a fome e o desemprego também geram anseios nas massas trabalhadoras e populares pelo fim do governo militar, mas num ritmo e intensidade diferentes, mais lentos que aqueles que animaram as massas argentinas.

Ocorre, no entanto, que todas essas diferenças são absolutas para a burguesia opositora brasileira. A partir delas, segundo aqueles mesmos que, como Ulysses Guimarães, num primeiro momento buscaram fortalecer seu prestígio, aproximando-se do presidente Alfonsín, para logo se afastarem quando este, sob pressão do movimento, se viu obrigado a iniciar os julgamentos dos crimes dos militares, nenhum paralelo pode ser traçado entre os dois processos. As semelhanças que também existem... e são "esquecidas"

As oposições burguesas, a grande imprensa, fingem ignorar que também existem semelhanças entre esses processos. E nenhuma semelhança é tão gritante como a de que durante 8 anos a Argentina viveu sob um regime militar, da mesma forma que nós, há já 20 anos. Sob ambas as ditaduras esses países foram levados à destruição econômica mais profunda de suas histórias, à maior pauperização de suas massas trabalhadoras, sob o tacão do desemprego, do arrocho, da inflação, da fome, de uma brutal dívida externa. Ambas as ditaduras levaram os dois países à mais completa dependência diante do imperialismo, acentuando-lhes a condição de semi colonias. Ambas reprimiram (e segue reprimindo aqui) os trabalhadores. A diferença entre 400% e 200% de inflação anual torna a fome do nordestino, obrigado a comer calangos, mais suportável? A diferença entre os 30 mil desaparecidos argentinos e os 300 desaparecidos (eufemismo que significa dizer: sequestrados, torturados e assassinados) nos porões dos DOIs e DEOPS, fazem dos militares brasileiros menos assassinos, ou deixa as mães, esposas e filhos dos nossos desaparecidos mais aliviados?



Por que, exatamente, a burguesia brasileira escamoteia o fato de que vivemos sob um regime militar que há que ser derrubado, como o foi o argentino? Terão esquecido que a ditadura brasileira, como uma das mais antigas e experientes do continente, estimulou e ajudou a bancar sangrentos golpes gorilas, como se deu no Chile, em 73, na própria Argentina, em 76, e na Bolívia, em 81? Não se esqueça fatos como esses. Aqui, o "esquecimento" nada mais é do que artifício político. Para os partidos burgueses de oposição trata-se de tranquilizar os militares de que não ocorrerão aqui "revanchismos", de que as Forças Armadas serão preservadas, de que os torturadores não serão punidos porque, para eles não se trata de derrubar a ditadura militar e sim de negociar com ela saídas de continuidade para o regime que os incluem, que os transformem em sócios do processo. Afinal, não é este o objetivo que, declaradamente, assume, por exemplo, Tancredo Neves em sua incansável busca pelo consenso, busca que hoje passa pela pressão em torno às diretas? Quem quer o consenso, a unidade nacional, não pode alarmar o interlocutor, no caso, a ditadura brasileira. Por isso, para esses setores as diferenças são tão importantes. Querem tranquilizar os militares garantindo-lhes que seguirão impunes por seus crimes e que manterão o seu poder mesmo que como eminiências pardas do regime.

### Rumo à derrubada ao regime militar

Contrários a essa perspectiva, aos trabalhadores importa mais as semelhanças. Apesar dos diferentes ritmos, das totalidades distintas, desde a Greve Geral de 21 de julho de 83, os trabalhadores brasileiros iniciaram objetivamente seu curso de choque frontal com a ditadura militar. Hoje, a mobilização pelas diretas e a possibilidade de realização da Greve Geral aprofundam esse curso, imprimindo-lhe um caráter claramente político, traduzindo num objetivo político definido o anseio pelo fim do domínio dos generais, pelo escorramento de Figueiredo, Delfim e cia., pelo ajuste de contas com a ditadura que há 20 anos nos explora e oprime. Os compromissos da burguesia nada têm a ver com o curso objetivo das lutas dos trabalhadores. Aqui, uma nova e decisiva semelhança com a Argentina: também para os trabalhadores brasileiros, o aprofundamento das lutas pela resolução de seus grandes problemas, entre os quais a fome, passa pela superação do grande obstáculo representado pela ditadura militar. Passa pela sua derrubada.

# Em Curitiba, 50 mil dão a largada

Com aproximadamente 50 mil pessoas em praça pública, 200 ônibus vindos do interior, com convocação pela televisão em horário nobre, com milhares de camisetas com a inscrição "Diretas, 84", com shows realizados por artistas populares, Curitiba transformou-se, no último dia 12, no palco do primeiro grande comício pelas diretas neste ano, abrindo a campanha a nível nacional.

No comício, o sentimento predominante foi o anseio dos trabalhadores em ver o fim da ditadura militar, o fim dos planos de arrocho. Isso fez com que Curitiba presenciasse um dos maiores atos públicos de sua história.

O ato contou com os principais dirigentes do PMDB, que acabou por se constituir no seu principal organizador e na força política que lhe deu a tônica. Os oradores

peemedebistas centraram suas intervenções nos ataques ao Colégio Eleitoral, órgão espúrio da ditadura, e na defesa das diretas, colocando-as como a única saída para a crise que assola o país. Este discurso, tipicamente burguês, que acena com a ilusão de que as diretas, por si só, resolverão todos os problemas dos trabalhadores, só foi possível pelo fato de que as principais organizações operárias, o PT e a CUT, tiveram uma participação débil em sua organização, mobilização e realização. Ou seja, os trabalhadores não se viram na vanguarda do ato, nem puderam imprimir-lhe sua perspectiva. Assim, não se falou no fim da ditadura militar, no não pagamento da dívida externa, contra o diálogo nacional, na livre organização partidária, na exigência de eleições livres, além de diretas,

e tampouco se tocou na convocação da Greve Geral chamada pela CUT.

Mas, em que pese esses fatores, o ato foi de importância decisiva. Foi assim porque ele representou a ruptura da inércia das principais forças políticas do país, que tanto falavam em defender nas ruas as eleições diretas, mas que pouco haviam feito até então, haja visto o ocorrido com o ato do dia 27 de novembro em São Paulo, quando apenas o PT e a CUT se empenharam na sua organização e mobilizaram para ele. Neste momento se faz necessário, portanto, que todos aqueles que se colocam a favor das diretas se engajem a fundo na organização e na mobilização pela sua conquista. Curitiba representou o primeiro grande passo nesta luta.

## Diretas

# Cronograma das mobilizações nacionais

Publicamos abaixo um cronograma com algumas das principais mobilizações por eleições diretas. Nelas, Allicea estará presente, lutando pela sua vitória. Esse calendário aponta para a Greve Geral convocada pela CUT para abril.

**São Paulo** — 21 de janeiro: Em Santos, às 15 h. e em São José dos Campos, manifestações pelas diretas. Em Campinas, às 10 h., ato público pelo lançamento da campanha pelas diretas na cidade.

**22 de janeiro:** em Ribeirão Preto, às 10 h., e em Araraquara, às 15 h., manifestação pelas diretas.

**25 de janeiro:** Em São Paulo, às 16 h., ato na Praça da Sé pelas eleições diretas.

**26 de janeiro:** Em Santos, ato público pelas eleições diretas.

**Minas Gerais** — 24 de fevereiro: Em Belo Horizonte, manifestação pelas eleições diretas.

**Pernambuco** — 20 de janeiro: Em Recife, caminhada pelas diretas.

**27 de janeiro:** Em Olinda, ato público pelas diretas.

**Ceará** — 28 de janeiro: Em Fortaleza, manifestação pelas diretas.

**Amazonas** — 18 de fevereiro: Em Manaus, manifestação pelas eleições diretas.

**Pará** — 16 de fevereiro: Em Belém, manifestação pelas eleições diretas.

**Também no dia 16 de fevereiro, deflagração da jornada nacional de lutas em todo o país, organizada pela CUT.**

**Abril** — votação no Congresso Nacional da emenda pela volta das eleições diretas para presidente e Greve Geral convocada pela CUT.



Eduardo Simões

# CUT 84 — sua hora e sua vez

1984. Ano em que, a depender do FMI, dos militares e dos patrões, a perspectiva para os trabalhadores brasileiros é negra. Aqueles senhores pretendem aumentar o arrocho nos salários, aumentar o desemprego, o que significa **FOME**, num grau superior à brutal já ocorrida em 83.

Para evitar essa situação, para derrotar o FMI, os militares, os patrões e seus planos, para impedir a miséria e a fome, o movimento operário e popular necessita, mais do que nunca, ter sua Central — a CUT — estruturada nacionalmente e em cada pequena região do país. Para poder resistir a essa brutal ofensiva patronal, a classe trabalhadora precisa estar organizada, preparando uma poderosa greve geral em abril, que ponha abaixo o regime militar e sua política econômica a serviço do imperialismo e dos patrões.

É dentro desse quadro que devemos avaliar as resoluções da plenária paulista da CUT, que se realizou em 18 de dezembro passado.

Contra a fome e a miséria que impera no país, contra o regime militar que as gerou, os delegados paulistas da CUT votaram um programa:

— Aumento imediato dos salários, conforme índice a ser definido pelo DIEESE.

— Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, dos aluguéis, das taxas de luz e água e das passagens de ônibus.

— Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

— Devolução dos sindicatos sob intervenção.

— Eleições diretas.

— Reforma agrária.

Votou-se ainda um calendário para a estruturação da CUT (veja o box) e foram organizadas comissões para garantir os congressos marcados.

Reivindicamos como extremamente positivas as resoluções dessa plenária, um exemplo a ser seguido em todos os outros estados. Porém, tão importante como as resoluções é a sua implementação, que até o momento deixa a desejar. O engajamento dos sindicatos nesse processo ainda está bastante lento.

A direção da CUT, os dirigentes sindicais e todos os ativistas empenhados nas lutas dos trabalhadores têm uma grande responsabilidade: estruturar a CUT para deflagrar uma poderosa greve geral em abril, sob pena de, se isso não for feito, prejudicar a retardar de forma irreparável a construção da Central Sindical de que a classe trabalhadora brasileira tanto necessita, deixando-a à mercê dos aparatos burgueses.

Hoje, com a campanha pelas eleições diretas, o espaço para a construção da CUT se alarga. Aplicando a fundo as resoluções da plenária, a direção da CUT e todos os comandos regionais conquistados no processo de preparação da greve

prevista para 25/10/83 devem se incorporar aos comitês constituídos pelas eleições diretas, organizando comícios e plebiscitos em todas as regiões, nas portas das fábricas, bancos e outros locais de trabalho. Conclamando a classe trabalhadora a se organizar em seus locais de trabalho, em seus sindicatos, na CUT, e para isso organizando reuniões, plenárias e congressos regionais, que incorporem os novos ativistas que surgem nesse processo vivo.

É preciso ter claro que para conseguir eleições diretas para acabar com a fome, eleições diretas sem mais um minuto de regime militar, a classe trabalhadora tem que estar organizada. Organizada, ela paralisa o país e, paralisando o país, pode impôr suas reivindicações.

Com esse programa e esse método devemos chamar a CONCLAT à unidade e concretizá-la nesta campanha. Isto é possível: já foi realizada uma reunião entre a direção da CUT e a da CONCLAT, outra está marcada para esta semana, e em fevereiro deverá haver uma plenária de dirigentes sindicais. Neste momento em que a CONCLAT também defende as eleições diretas, colocando-se publicamente contra a política de fome do governo e chamando suas bases à mobilização, devemos procurar a unidade, com um programa comum e com o método da classe para conseguir suas reivindicações: a greve geral.

Direção da CUT, dirigentes e ativistas sindicais: esta é a tarefa. Mãos à obra, companheiros!

## Este é o calendário da CUT



Até 18 de março — Data limite para os congressos regionais em São Paulo

24 e 25 de março — Congressos estaduais em São Paulo e Goiás; congresso em Brasília.

## O PT e as diretas Lula prá presidente!

Após inúmeros discursos, finalmente os partidos burgueses de "oposição", com o PMDB à frente, se lançaram a impulsionar a campanha por eleições diretas, levando-a às ruas. Nesse marco, o PT teve o mérito de ter sido o primeiro partido que de fato mobilizou os trabalhadores pelas diretas, como o demonstrou o ato de 27 de novembro passado em São Paulo.

A realidade atual, porém, mostra que o PT não atua hoje como no dia 27, à frente da mobilização e da organização da campanha, e sim permitindo que ela seja controlada totalmente pelo PMDB. Aparentemente, essa postura é provocada por alguns setores do PT, que levantam questões como uma contraposição entre a preparação da Greve Geral e a campanha por eleições diretas. Esses companheiros afirmam que participar a fundo da

campanha seria fortalecer o PMDB e a candidatura de Ulysses Guimarães. Essas contraposições fizeram com que o PT não se lançasse a plenos pulmões na campanha, chegando a fazer atos isolados.

É necessário que o PT reverta essa situação, pois é patente que hoje os principais interessados nas eleições diretas, no fim da ditadura militar, são os trabalhadores, que querem acabar com os planos de arrocho, não pagar a dívida externa e que desejam escolher o Presidente.

Assim, o PT deve assumir o seu papel e se lançar com tudo à mobilização dos trabalhadores, estando à sua cabeça. Deve combinar a mobilização pelas diretas para acelerar a divulgação da CUT e a organização da greve geral em abril. Não existe momento mais propício do que este para combinar as duas questões, pois a burguesia não levará até o fim a campanha — seu objetivo político é chegar ao consenso nacional, ao diálogo com o regime.

É muito importante impulsionar todos os comandos de bairros e regionais, criados para a greve de 25/10/83, para que estes se engajem na luta pelas diretas, pois esses comandos se fortaleceriam e ao mesmo tempo organizariam a Greve Geral. Sabemos que só os comícios não derrotarão a ditadura militar. Só a Greve Geral poderá fazê-lo. E o papel de deflagrá-la cabe ao PT e à CUT.

O não-engajamento do PT na campanha acaba validando a alegação de que esta fortaleceria o PMDB

e Ulysses. A não-participação equivaleria a deixar essa bandeira nas mãos do PMDB.

A burguesia permeia as eleições diretas com o discurso do candidato de consenso que promova a conciliação nacional. Cabe ao PT desmascarar esse projeto da burguesia, para garantir a independência de classe dos trabalhadores nessa mobilização. Em unidade de ação com os partidos burgueses de "oposição", sim, mas com independência. O lançamento de uma candidatura operária para Presidente da República é a única forma de garantir essa autonomia e também a participação dos trabalhadores com sua própria identidade e seu próprio programa.

O lançamento da candidatura de Lula para Presidente da República representa a garantia de que os trabalhadores apresentarão, nessa luta, suas reivindicações e seus organismos de forma independente da burguesia, contrapondo-se à idéia de candidato único das oposições, o que significa colaboração de classes.

Acreditamos que o completo engajamento do PT na campanha pelas eleições diretas, ao mesmo tempo que organiza a Greve Geral, e o lançamento de Lula como candidato operário a Presidente, poderão levar novamente o partido a ser a vanguarda da classe trabalhadora e a fortalecer suas lutas. Essas tarefas estão colocadas com toda a força para o próximo Encontro Nacional do PT.

6



Metalúrgicos — São Caetano (SP)

## A Chapa 1 e a DRT atacam a Oposição

Impugnando 17 nomes da Chapa 2 (de oposição à atual diretoria do sindicato dos metalúrgicos de São Caetano do Sul-SP), no último dia 11, a Delegacia Regional do Trabalho deu ao pelego João Lins a oportunidade de, mais uma vez, se apresentar às eleições com chapa única, como aconteceu em 81.

O pedido de impugnação foi feito pela chapa de João Lins, e o motivo alegado contra a maioria dos candidatos impugnados foi o fato de terem ficado desempregados por alguns períodos (às vezes apenas dias!) nos últimos dois anos. O pelego não se envergonha de tomar como aliada a política de desemprego dos patrões, a fim de se manter no sindicato.

João Lins tomou essa atitude porque sabe muito bem que, num confronto com a Chapa 2, sua possibilidade de vitória seria muito reduzida. Os metalúrgicos de São Caetano já conhecem suas práticas e têm total desprezo por esse pelego.

Nas últimas eleições, João Lins se garantiu no sindicato publicando o edital de convocação de eleições no dia de encerramento do prazo de inscrição das chapas. Conseguiu, assim, concorrer em chapa única. Agora, mais uma vez ele contou com o apoio da máquina governamental, com a DRT aceitando a impugnação dos nomes a apenas uma semana da realização das eleições (apesar de a defesa dos 17 ter sido apresentada já há dois meses!).

Esses fatos deixam claro que a atual estrutura do sindicalismo brasileiro é montada para impedir que os trabalhadores se organizem de forma autônoma, para lutar por suas reivindicações. Não podemos aceitar passivamente essa estrutura. Devemos procurar rompê-la, por todos os meios.

Assim, além dos recursos apresentados pelos advogados da chapa de "Frei Chico", devemos mobilizar a categoria no sentido de pressionar a diretoria do sindicato a retirar o pedido de impugnação. Só essa mobilização da categoria poderá garantir a participação da Chapa 2 nas eleições e, através dela, tirar do sindicato o representante dos patrões: João Lins.

Quando estávamos fechando este jornal, recebemos a informação, de que a Chapa 2 conseguiu uma liminar, barrando a impugnação dos 17 nomes. Com isso, a Chapa 2 vai poder concorrer às eleições do sindicato.

Porém, o julgamento do pedido de impugnação dos membros da Chapa 2 vai ocorrer logo após as eleições, ou seja, se a Chapa 2 vencer as eleições, o DRT e os pelegos vão fazer tudo para impugná-la. Mais do que nunca, será preciso mobilizar a categoria, para exigir a retirada do pedido de impugnação e garantir que a oposição assumo o sindicato, caso seja vitoriosa.

É ânimo para isso existe, pois na última semana, aumentou o ritmo da campanha nas principais fábricas de São Caetano, como a ZF, a GM e a Signoart, onde o clima é muito favorável à Chapa 2.

Metalúrgicos de São José

## — Eleições — Na reta final, o desespero da Chapa 1

O desespero e o medo da derrota, começam a alterar os nervos dos integrantes da Chapa 1, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos-SP. Na semana passada, o atual presidente do sindicato, Ari Russo, candidato à reeleição pela Chapa 1, agrediu em praça pública, o companheiro Munir Gattas, presidente da UJES (União Joeense dos Estudantes Secundaristas), membro de Alicerce e apoiador da Chapa 2. Ari Russo e seus comparsas, negaram a agressão. Um deles, o vereador do PMDB, João Bosco, apoiador do jornal *Tribuna da Luta Operária*, não só negou a agressão, como estimulou este método para com os integrantes da Chapa 2.

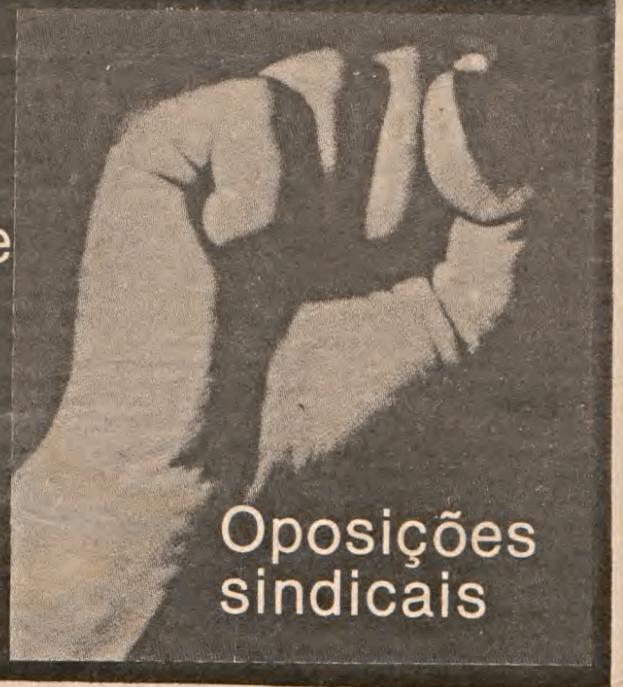
Este tipo de atitude, só pode ser explicado com o crescimento da campanha da Chapa 2, que é formada por ativistas da categoria, que dirigiram a greve da Embraer e o processo da greve geral de 21 de julho, quando vários destes ativistas foram demitidos.

A Chapa 2, vem desde o início de sua campanha denunciando a situação de paralisia em que se encontra o sindicato. A atual diretoria, apesar de ter na presidência um dirigente da CUT, Ari Russo, também membro do PMDB, não respondeu em sua gestão, aos ataques do governo com sua política de fome. Ao invés de mobilizar a categoria, Ari Russo preferiu manter estreitas ligações e conchavos com alguns renomados patrões, como Severo Gomes da Parayba, Rogério Mariu, da Ciesp, e também com a prefeitura da cidade, que é hoje um aparelho fiel à política anti-operária de Figueiredo e

O método utilizado pela Chapa 1, a menos de um mês das eleições, não tem nada a ver com a classe operária; só servem para escamotear a discussão entre os programas das chapas, e dividir a categoria. É um método tipicamente usado pelos patrões e sua polícia, e também pelos pelegos sindicais, que hoje tentam retomar o sindicato vestidos de "oposição", na Chapa 3.

A CUT e o PT, como os principais instrumentos de luta dos trabalhadores do país, devem repudiar categoricamente a agressão de Ari Russo ao companheiro Munir. Fazemos um chamado em especial à CUT, para que assumo a organização e fiscalização da campanha eleitoral, evitando a repetição dos fatos ocorridos na última semana.

Na  
linha  
de  
combate



Oposições  
sindicais

Metalúrgicos — Manaus

## Mesmo depois das eleições, a luta continua

No dia 16 de janeiro, os metalúrgicos de Manaus foram às urnas para renovar a diretoria de seu sindicato, controlado há doze anos por Francisco Vieira, que, como superpelego que é, fez do sindicato uma arma dos patrões contra os trabalhadores.

No momento em que escrevemos, ainda não temos os resultados das eleições. Porém, a importância destas eleições que são remotas — mas no próprio surgimento dessa oposição, ligada às lutas dos trabalhadores no Brasil inteiro. A oposição reflete a radicalização e politização dos trabalhadores, tendo a CUT e a Greve Geral como pontos políticos principais de seu programa.

Se o superpelego ainda não for derrotado nas urnas, deverá ser derrotado nas mobilizações dos metalúrgicos este ano, em defesa de seus interesses e contra os novos ataques da ditadura. Essas vitórias só poderão surgir com a continuidade do trabalho de aglutinar os trabalhadores em torno da Chapa 2, impulsionando a organização da CUT, na luta pelas eleições diretas e na preparação da Greve Geral em abril. A derrubada da ditadura é o primeiro grande passo no sentido de varrer todos os pelegos dos nossos sindicatos.

Eleições diretas

## Universitários e secundaristas presentes

No dia 12 de janeiro, várias entidades estudantis universitárias e secundaristas, realizaram em São Paulo, uma reunião com o objetivo de integrar o movimento estudantil na convocação e participação no comício pelas diretas no dia 25. Estiveram presentes na reunião, a UNE, a UEE-SP, a UBES, a UPES, e as UMES de São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo e Osasco.

O manifesto assinado pelas entidades, a convocação nos vestibulares que estão se realizando, a tentativa de uma entrevista coletiva com a imprensa, chamando por jornal e TV os estudantes para o dia 25, e a integração das entidades estudantis nas atividades dos comitês de bairros ou regiões, foram as principais deliberações da reunião. Também ficou definido um comício dos estudantes no dia 23, na Praça Ramos, intensificando a convocação para o dia 25.

Assim, o movimento estudantil dá um importante passo no seu engajamento na mobilização pelas diretas. Com o retorno das aulas, essa integração engrossará decisivamente as manifestações de rua, permitindo ao movimento estudantil retomar sua grande tradição nas lutas democráticas, como ocorreu em 77, quando os universitários foram a vanguarda dessas mobilizações.

Para falar da participação dos estudantes na campanha por eleições diretas para presidente, entrevistamos o companheiro Paulo Roberto Pepe, dirigente de Alicerce, diretor da UEE-SP e um dos membros da comissão que redigiu o manifesto estudantil.

**Alicerce:** Qual o conteúdo do manifesto sobre eleições diretas, que as entidades estudantis irão divulgar à população?



**Pepe:** Em primeiro lugar, o manifesto marca o engajamento do M.E. na campanha que vem se desenvolvendo a nível nacional, pelas eleições livres e diretas, atacando a ditadura militar que, em 84, completa 20 anos. O povo já não agüenta mais este governo, pois está farto da sua política econômica de fome, e da impossibilidade de se expressar livremente no país. O manifesto reafirma esta luta, colocando a participação do M.E. não como um fim em si, mas como um passo no sentido do fim do regime militar.

Ao mesmo tempo, o documento repudia qualquer manobra que tente impedir as eleições diretas, em especial o espúrio Colégio Eleitoral, onde os candidatos do PDS, disputam entre si a condição de "dono" do país. O manifesto termina, convocando todos os estudantes a assumirem esta luta.

**Alicerce:** Quais as formas de luta que o M.E. dispõe, e quais as perspectivas de mobilização após o dia 25?

**Pepe:** O M.E. deve utilizar todos os mecanismos de luta já tradicionais. Nós já estamos encaminhando, nas universidades, plebiscitos sobre a questão das eleições diretas, aproveitando esta época em que estão sendo realizados os vestibulares. Mas, existem duas questões fundamentais para esta mobilização, uma delas, é combinar a luta por eleições diretas com as lutas específicas do movimento estudantil universitário e secundarista e a outra, é a necessidade dos estudantes, ao lado dos trabalhadores, se utilizarem da Greve Geral, marcada pela CUT para abril, para arrancar esta reivindicação, pois sabemos que ela não virá por dádiva da ditadura militar. De nossa parte, nós a UEE-SP e os universitários de São Paulo, estaremos à disposição da Greve Geral e da CUT, que será a melhor forma de garantir a conquista das eleições diretas para presidente.



# As várias faces do ataque imperialista

A intervenção imperialista nem sempre se traduz num desembarque massivo de *mariners*. Alguns recentes acontecimentos mostram bem as diversas facetas da ação dos EUA na América Central. Existe uma presença fundamental do imperialismo, sustentando os regimes ditatoriais que garantem, através da opressão, a exploração de imensas massas trabalhadoras. Quando esses regimes começaram a ser ameaçados, graças à revolução nicaraguense e à atuação da guerrilha salvadorenha, os EUA intensificaram sua presença militar na região.

Os EUA armam, treinam e sustentam financeiramente as ditaduras genocidas de El Salvador, Guatemala e Honduras. Junto com isso, engajam um número oficial de cinco mil soldados (provavelmente, na verdade, bem mais) em Honduras, de onde comandam os ataques à Nicarágua. Com esses ataques, mantêm o governo sandinista sob constante pressão militar, ao mesmo tempo que acumulam provocações que possam levar a um conflito aberto.

Embora buscando, aparentemente, uma solução pacífica, os países do "grupo Contadora" (México, Colômbia, Venezuela e Panamá) na verdade só reforçam essa postura do imperialismo ianque. Não é possível nenhuma "solução pacífica" quando nem sequer se reconhece a existência da agressão ianque! A verdadeira função do grupo de Contadora consiste em "neutralizar" o governo sandinista, arrancando dele concessão atrás de concessão, e sobretudo em isolar os movimentos guerrilheiros, na tentativa de impedir que se generalize a revolução em toda a América Central.



Um helicóptero em missão de provocação

Se os "jornais de crimes" se preocupassem com política internacional, talvez dessem uma manchete do tipo: "Sandinistas matam piloto ianque!!!", e contariam a triste história do bom moço americano que se perdeu perto da fronteira e foi friamente abatido...

Com algumas variações de linguagem, é isso que a propaganda americana quer nos impingir, "ignorando" convenientemente que o helicóptero abatido pertence ao território nicaraguense, próximo à fronteira de Honduras. Assim, essa propaganda apresenta como agressores os nicaraguenses que defendem seu território contra as investidas de renegados somozistas e hondurenhos, armados e apoiados pelos EUA, numa guerra não-declarada que já se prolonga há meses. Uma guerra movida pelo governo ianque, envolvendo milhares de soldados ianques, mas na qual — pelas regras do jogo de Reagan — só devem morrer "índios" centro-americanos...

O cinismo dessa propaganda foi desmascarado por Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo da Nicarágua: "A presença de um helicóptero americano nessa região não é um fato inocente e acidental." À parte essas declarações, porém, tanto o seu governo como o de Honduras procuram minimizar o incidente.

Dessa forma, a provocação militar não serviu para "justificar" uma intervenção direta ianque, em grande escala — pelo menos por enquanto. Mas serve, sim, para "justificar" a presença americana na região, apresentando a Nicarágua como agressora ou, no mínimo, como uma das partes de uma guerra — quando, na verdade, a revolução nicaraguense está sendo vítima de uma agressão comandada pelos EUA.

## Contadora: a segunda frente do imperialismo

Provocação militar de um lado, chantagem diplomática do outro. Mais uma reunião do grupo de Contadora (na semana passada, na Cidade do Panamá) repete as recomendações de sempre: redução das instalações militares e do número de assessores estrangeiros, eliminação de grupos guerrilheiros, incentivo a eleições democráticas em todos os países da região etc. — e, mais uma vez, constata a sua impotência para chegar a uma solução para a América Central. Não é para menos: Contadora não condena a intervenção encoberta ianque, nem acusa o imperialismo norte-americano, sustentáculo das odiosas ditaduras que promovem a miséria e opressão.

Mas não se diga que a ação do grupo de Contadora não serve para nada. Serve para empurrar a Junta sandinista a sucessivas concessões. Submetida, ao mesmo tempo, à



pressão militar, a FSLN retira seu apoio à guerrilha salvadorenha, dá anistia a somozistas, e abre espaços cada vez maiores à oposição burguesa contra-revolucionária. Com isso, vai tentando adiar a ameaça militar, mas também vai enfraquecendo a verdadeira defesa da revolução.

É aí que se revela o alcance do grupo de Contadora, braço diplomático do imperialismo para chegar à "estabilização" burguesa da América Central.

## Kissinger volta a atacar

Agressão militar, chantagem diplomática. A burguesia ianque tem algumas divergências sobre quando e quanto usar cada uma dessas armas. Superar essas divergências é a função principal do "relatório Kissinger", que acaba de ser apresentado a Reagan, depois de seis meses de estudos.

Kissinger — o responsável direto pelos bombardeios do Camboja durante a guerra do Vietnã e pela derrubada de Allende no Chile — voltou à cena política encabeçando essa comissão bipartidária. Os distintos senhores membros da comissão discutiram bastante, e expressaram suas discordâncias em centenas de emendas ao documento. Concluíram que a instabilidade centro-americana não é provocada por Moscou e Havana, como afirma Reagan, mas apenas "aproveitada" pelos terríveis comunistas.

Mas todos eles concordam num ponto: o que os EUA têm que fazer é manter a ordem (mesmo que seja uma ordem injusta), entupindo de dinheiro e de armas as ditaduras locais e acabando com qualquer forma de oposição. A maioria da comissão ainda condiciona a ajuda militar ao governo de El Salvador à obtenção de "progressos no campo dos direitos humanos". Mais coerente, o próximo Kissinger dispensa essa farsa e diz claramente que os gorilas salvadorenhos devem receber ajuda ianque mesmo que continuem assassinando milhares de seus compatriotas.

O "relatório Kissinger" dá uma satisfação formal aos setores da burguesia norte-americana que teme um envolvimento maior na América Central e, ao mesmo tempo, propõe a intensificação de uma política agressiva e belicista, visando a esmagar os revolucionários nicaraguenses e salvadorenhos.

## Pela defesa militar contra o imperialismo!

A firme resistência dos sandinistas na Nicarágua, as grandiosas vitórias militares obtidas pelos combatentes salvadorenhos, o ressurgimento das guerrilhas na Guatemala, mostram que a extensão e aprofundamento da vaga revolucionária é a verdadeira defesa contra a agressão imperialista. Por isso impõe-se a solidariedade dos socialistas e trabalhadores do mundo inteiro à revolução centro-americana.

## Encontre e discuta com Alicerce nestes endereços

**Amazonas:** Manaus - Av. Constantino Nery, 812 - casa 5. Centro.

**Pará:** Belém - R. Rui Barbosa, casa 4 - Vila ABC.

**Maranhão:** Imperatriz - R. Benedito Leite, 634 - Centro.

### Pernambuco

Recife I - R. Álvares de Azevedo, 80 (trav. da R. João de Barros)

Recife II: R. 7 de Setembro, Edifício Barreiros, apto. 602 - 6. andar. Centro.

### Minas Gerais:

Belo Horizonte/Barreiro - R. Hoffman, 5-B (esquina com Olinto Meirelles)

Belo Horizonte/Centro: R. Curitiba, 778 - sala 805.

Contagem: Av. João Cesar Oliveira, 3041-B - 2. andar

**Mato Grosso do Sul:** Campo Grande - R. Antonio Maria Coelho, 2301 - casa 5 - Centro.

**Distrito Federal:** Brasília - Edifício Márcia, sala 809 - SCS

### Rio de Janeiro:

Rio de Janeiro/Centro: Av. Marechal Floriano, 167 - 2. andar

Rio de Janeiro/Méier: R. Joaquim Méier, 600

Rio de Janeiro/Tijuca: R. Pereira Nunes, 129 - casa 1

Niterói: R. XV de Novembro, 106 - sala 4

Volta Redonda: R. 208, N. 207

Duque de Caxias: Av. Plínio Casado, 5 - sala 118 - Centro

**Paraná:** Curitiba: R. Desembargador Westphalen, 640

3. andar, 11A - Centro.

**Rio Grande do Sul:**

Porto Alegre: R. Oswaldo Aranha, 934 - Bonfim.

**Porto Alegre/Zona Norte:** Av. França, 742

Passo Fundo: R. Independência, 640

São Leopoldo: Av. Bento Gonçalves, 1431

Santa Maria: R. Dona Luiza, 570 - subsolo

### São Paulo:

Araraquara: Av. José Bonifácio, 1665

Campinas: R. Barão de Jaguará, 1385 - Centro.

Santos: Av. Afonso Pena, 418 - sala 22 - Macuco

São Carlos: R. Tiradentes, 37 - Centro.

S. José dos Campos: Av. Dr. Néilson D'Ávila, 1247 - salas 1 e 2.

Ribeirão Preto: R. Prudente de Morais, 791 - Centro.

Sorocaba: R. 7 de Setembro, 277 - sala 2 - Centro.

### Grande São Paulo

Guarulhos: R. João Gonçalves, 468 - Centro.

Osasco: R. D. Primitiva Vianco, 739 - 1. andar - sala 1 - Centro.

Mauá: R. Barão de Mauá, 1497 - sala 26

Santo André/Centro: R. Guilherme Marconi, 174 (esq. com a R. Santo André)

Santo André/Parque das Nações: Travessa Tebas, 36

São Bernardo/Piraporinha: Praça Piraporinha, 183 - sala 112

São Bernardo/Rudge Ramos: Av. Vergueiro, 4938 - 2. andar, sala 6.

São Caetano: R. Paraíba, 467 - Centro

Diadema: R. N. Sra. das Vitórias, 200

### São Paulo/Capital

Santana: R. Voluntários da Pátria, 1617

Freguesia do Ó: R. Marapinima, 41

Lapa: R. 12 de Outubro, 325 - sala 9

Liberdade: R. Santa Madalena, 22

Santo Amaro: R. Cel. Luiz Barroso, 240

Ipiranga: R. Cisplatina, 849

Cidade Ademar: Av. Cupecê, 3397 - sala 2

Penha: R. Coronel Meireles, 204.